

EU NÃO ENCONTREI TANTA DIFICULDADE, MAS EU TAMBÉM SEMPRE TIVE QUE TER UM PASSO À FRENTE. GEOGRAFIAS FEMINISTAS E A INTERSECCIONALIDADE DE MULHERES

I DIDN'T ENCOUNTER SO MUCH DIFFICULTY, BUT I ALSO ALWAYS HAD TO TAKE A STEP AHEAD. FEMINIST GEOGRAPHIES AND THE INTERSECTIONALITY OF WOMEN

Patrícia Helena Milani¹

Melissa Pereira Oliveri²


RESUMO: Neste trabalho objetivamos compreender o cotidiano de mulheres que possuem ocupações socialmente tidas como masculinas. Para isso nos apropriamos da metodologia qualitativa com a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado com mulheres que possuem essas ocupações (bombeira, política...), para compreender suas vivências socioespaciais. A assimetria nas relações econômicas entre os diferentes gêneros se dá através das permanentes relações de poder, que se expressam nos espaços de trabalho e nas corporeidades dos sujeitos sociais envolvidos. A sociedade é caracterizada pelas desigualdades e contradições do sistema capitalista de produção, resultando em opressões que atingem grupos sociais inferiorizados ao não se enquadrarem (ou se enquadrarem parcialmente) no padrão heteronormativo e patriarcal. Isso é evidente também por meio da divisão social do trabalho, que define os papéis na economia entre os diferentes gêneros, classes e raças. Por meio da insatisfação e luta das mulheres esse contexto passa por modificações (de modo sempre relativo) e hoje verificamos mulheres com ocupações socialmente designadas a homens: bombeiras, políticas, motoristas, trabalhadoras da construção civil. Estas que ao mesmo tempo vivenciam em seus cotidianos múltiplos desafios, traçam diferentes estratégias para driblá-los.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Cotidiano. Interseccionalidade.


ABSTRACT: In this work we aim to understand the daily life of women who have occupations socially regarded as masculine. For that, we appropriated the qualitative methodology by carrying out interviews with a semi-structured script with women who have these occupations, in order to understand their socio-spatial experiences. The asymmetry in the economic relations between the different genders occurs through permanent power relations, which are expressed in the work spaces and in the corporeities of the social subjects involved. Society is characterized by the inequalities and contradictions of the capitalist production system, resulting in oppressions that affect inferior social groups by not fitting (or partially fitting) the heteronormative and patriarchal pattern. This is also evident through the social division of labor, which defines the roles in the economy between different genders, classes and races. Through women's dissatisfaction and struggle, this context undergoes changes (always relative) and today we see women with occupations socially assigned to men: firefighters, politicians, drivers, construction workers. Those who at the same time experience multiple challenges in their daily lives, outline different strategies to overcome them.

KEYWORDS: Gender. Daily. Intersectionality.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: patriciah.milani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9434-5584>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: mel.p.oliveri@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-0393>

● [Informações completas da obra no final do artigo](#)

Introdução

Vivemos em uma sociedade que é ao mesmo tempo produzida e produtora do sistema capitalista de produção e patriarcal. O primeiro sistema é pautado em relações hierárquicas de dominação e exploração, caracterizando a permanência e (re) produção de boa parte das diversas opressões sociais e econômicas, inclusive a ordem patriarcal. Esta trata-se de uma lógica de dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pela dominado (BOURDIEU, 2019), e conforma o estilo de vida, as maneiras de falar, de se comportar, de ver e viver no mundo – de homens e mulheres.

Para a elaboração deste texto direcionamos o enfoque em dois pontos centrais: i) debater as vivências socioespaciais de mulheres trabalhadoras, que possuem ocupações representadas como masculinas e ii) desenvolver um texto em que haja uma posicionalidade de quem fez a pesquisa e a escreve, com base na epistemologia feminista; esta que defende a produção do saber de forma parcial e posicionado.

Este último ponto se deve ao processo de formação em que vivenciamos (enquanto pesquisadoras), uma vez que a identidade feminista no campo científico é também uma construção social em permanente processo aberto e provisório (SILVA, 2009).

Nossa posição dentro do fazer científico geográfico é (re) construir uma geografia corporificada, em que a teoria seja não apenas aplicável à vida cotidiana, mas também tensionada, tendo assim a abertura para a complexidade que pode ser encontrada nas “trivialidades e insignificâncias” (LEFEBVRE, 2001) do cotidiano.

A perspectiva das Geografias Feministas intenta desenvolver olhares mais sensíveis sobre grupos sociais, que também são produtores do espaço, por meio de suas práticas espaciais, também submetidas às estruturas sociais (em que o machismo se enquadra).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa nos apropriamos da metodologia qualitativa, tendo como principal instrumento metodológico a realização de entrevistas com mulheres que possuem ocupações tidas como masculinas, combinadas as entrevistas realizamos observações, o que nos permitiu a geração de algumas informações que se complementam com as falas. Neste processo a relação entre investigadoras e as mulheres investigadas foi parte constitutiva da produção, da veracidade e da legitimidade do

conhecimento produzido, as narrativas são informações geradas a partir da relação social que tecemos com essas mulheres nos momentos de entrevistas.

Este texto está alicerçado na análise do que nos comunicaram três mulheres: Helena, mulher branca de 73 anos, ex-vereadora. Carla, negra, de 40 anos, calheira e servente de pedreiro. Simone, negra, de 38 anos, bombeira. Os nomes que utilizamos neste texto são fictícios, para proteger a privacidade de cada uma. Elas desempenham estes trabalhos remunerados além de desempenharem em seus cotidianos outros papéis sociais: mães, esposas, filhas, irmãs.

Por meio dessa metodologia produzimos informações e dados descritivos para proceder com sua interpretação, mais que um conjunto de técnicas se trata de um modo de encarar o mundo empírico (BAYLINA, 1996). As informações geradas nos permitiram refletir sobre a dinâmica espacial e social cotidiana das mulheres pesquisadas. Uma entrevista, segundo Magalhães (2021), não funciona como produtora de dados objetivos, para obtenção de amostras estatísticas, pelas quais se é possível obter generalizações que indicam leis fixas da natureza, cada relato é importante por sua unicidade e pela versão que representa de um fato ou evento. Por isso a plausibilidade das hipóteses está relacionada à sua potência explicativa, não a confirmação por certo número de entrevistas (KAPP, 2020), elas nunca terão e nem buscam a representatividade de um dado amostral.

Mulher e homem: uma construção histórica

Nem todo feminismo é emancipatório e acolhedor, um movimento feito sem reconhecer raça e classe não é democrático. “Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela” (PETRONE, 2019, p.12). Segundo Davis (2016) precisamos refletir para considerar as intersecções entre raça, classe e gênero, e nesta pesquisa há também um recorte geracional entre as mulheres entrevistadas, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

Compreendemos que dentro do próprio movimento feminista há problemas, nem sempre todas as mulheres foram e são incluídas nas pautas e nas lutas contra as opressões que o movimento visa tencionar. Observamos que só é possível levar em conta os papéis sociais em diferentes espaços que as mulheres ocupam, bem como integrar as mulheres (de diferenças raças sobretudo), nos apoiando na noção de interseccionalidade, para

melhor desenvolver o que buscamos neste texto, que é compreender a vivência socioespacial de mulheres trabalhadoras, os “jogos” espaciais e sociais que tecem em seus cotidianos na reprodução da vida.

Este conceito explica as diversas formas com que raça, classe e gênero se cruzam na vivência espacial, cada uma desses cruzamentos dão lugar a aspectos estruturais e políticos próprios. Cada eixo identitário ao se cruzar cria intersecções que complexificam a experiência pessoal, uma vez que cada categoria expressa relações de poder que de alguma forma é exercido sobre outras categorias, tendo consequências diferentes para cada um (CRENHAW, 1991 *apud* PRZYBYSZ; SILVA, 2017). “A interseccionalidade é uma articulação de eixos identitários que dão base às desigualdades sociais e reforçam estruturas de poder, gerando posições relativas em determinados espaços e tempo” (PRZYBYSZ; SILVA, 2017, p. 576).

Por sua vez compreendemos o gênero enquanto uma construção social, uma vez que, desde a mais primitiva noção do que é ser homem e ser mulher se reconhece que gênero vai muito além do sexo biológico.

Ser um homem ou uma mulher não é um fato natural, mas uma representação social. A inaturalidade é nada mais do que a tentativa do discurso hegemônico da heterossexualidade de estabelecer uma coerência entre um conjunto de ações compulsórias do discurso, que acabam por produzir um corpo categorizado pelo sexo. São os atos, os gestos, as vestimentas, os adereços que constroem e sustentam as identidades de gênero (SILVA, 2009, p. 100).

Isto posto, refletimos sobre as predefinições do que cada corpo (biológico) deve ser/fazer, levando em conta que, apesar de ser socialmente construído, o sistema no qual vivemos, produz ideias desde o nascimento de cada indivíduo (estas que também nos condiciona) que passou a ser naturalizado, um exemplo é o “instinto materno”, dado como um dom natural da mulher, que na verdade é fruto de anos de socialização impondo que o papel da mulher é o de cuidar da casa e dos filhos. Maternidade e maternagem são coisas distintas, “[...] a primeira é uma experiência natural e a segunda é um complexo fenômeno social e tanto uma quanto a outra são produzidas diferentemente em diferentes lugares e são indissociáveis de corpo, gênero, lugar e cultura” (PRZYBYSZ; SILVA, 2017, p. 573).

Ademais, os estereótipos estabelecidos na infância, a exemplo dos brinquedos e brincadeiras separados entre meninos e meninas, podem inclusive definir as escolhas das profissões no futuro. É comum ser estabelecido enquanto brincadeiras de meninas tudo

aquilo que envolva cuidar da casa e dos filhos (bonecas, cozinha, lavar louça, passar roupa...), ou então professoras, modelos, o que produz e reforça um estereótipo do que é ser mulher e exercer um papel de mulher: cuidar da casa e do lar, se preocupar com a beleza e a feminilidade, não que seja um problema optar por qualquer uma das profissões como essas, a problemática se encontra na condicionalidade para essas escolhas e o pré-julgamento da incapacidade de fazer de outra forma.

Segundo uma matéria publicada no jornal El País³, apenas 30% das universitárias escolhem carreiras relacionadas à ciência, tecnologia ou matemática. O peso dos estereótipos forjados desde a infância se reflete no que se busca quando adulto. Não só no âmbito profissional, mas, também, na vida pessoal, quase sempre de uma forma naturalizada – por mulheres e homens.

Enquanto para os meninos fica a liberdade de escolherem. Além disso, costumeiramente são vistos com maus olhos quando brincam com esses mesmos brinquedos citados (“de meninas”), o que ajuda a perpetuar a ideia de que homens não possam aprender a cuidar do lar, dos filhos etc. Para eles ficam os carrinhos, os aviões, as bolas e esportes em geral, e as brincadeiras de profissões como médicos, astronautas, bombeiros, policiais, cientistas etc.

De acordo com matéria publicada no jornal, citada, impor clichês de gênero na sociedade limita o desenvolvimento das habilidades e capacidades, das garotas que chegam à universidade, só um terço opta por ciências. O fato de estarem escolhendo profissões feminilizadas (elas) e masculinizadas (eles) nada mais é do que um reflexo da cultura machista na qual vivemos imersos em uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres, afirmou Rosa Martínez, secretária de infância da Liga da Educação, em contribuição no texto da matéria do El País.

O sistema econômico atua nessas imposições. Além disso, visa o lucro em roupas (padronizadas, de forma que exclui, deprecia e constrange aqueles corpos que não estão no padrão estético imposto socialmente), acessórios, brinquedos, empregos etc., diferentes para homens/mulheres, o que apaga diversas existências que não se encaixam no padrão exigido e criado socialmente, pela cultura dominante heteronormativa. Cria-se nesse

³ El País – “Os estereótipos de gênero afetam o que as meninas e os meninos escolhem como profissão no futuro”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/10/actualidad>. Acesso em: 31/08/2021. Para o desenvolvimento deste artigo foram utilizados dados da UNESCO.

contexto “os outros”, uma espécie de classificação e rotulação para minorias étnicas, idosos, mulheres, negros, homossexuais, deficientes físicos e obesos; o grupo dos “outros” são definidos por seus corpos e as normas sociais que os designam (SILVA *et al.*, 2013, p. 89).

A socialização dos corpos também condiciona as espacialidades de cada sujeito social, e essa socialização é um processo de construção permanente, que antecede o nascimento de uma pessoa e percorre sua vida, nas diversas esferas da vivência em sociedade. O gênero é performático, uma representação construída em atos estilizados, jamais plenamente exibidos em qualquer situação; neste sentido, o espaço é também imbricado nas performances vivenciadas cotidianamente (SILVA, 2009).

Scott (1988) *apud* Santos e Izumino (2005, p. 156) que também entende gênero como uma forma primária de significação das relações de poder, afirma que talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual o poder é articulado no espaço e não como simples sinônimo de mulheres, mas como marca de relações de poder e de opressão e que a partir de mecanismos estruturais da sociedade, principalmente capitalista, passou a ser naturalizado para legitimar processos de dominação, para Bourdieu (2019):

O paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas seguindo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, do ponto de honra caracteristicamente masculino, e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido dos gêneros construídos com duas essências sociais hierarquizadas (BOURDIEU, 2019, p.44).

Enquanto os homens precisam mostrar sua força, agressividade e virilidade, para que sejam aceitos na sociedade machista a mulher quase sempre precisa mostrar sua feminilidade. Segundo Rasgo *apud* Przybysz e Silva (2017, p. 572) no Brasil do século XIX a família era uma imposição, um modelo criado pela burguesia para domesticar o trabalhador, a fim de acabar com a promiscuidade, fortemente relacionada à classe trabalhadora. Surge um novo modelo de mulher, com novas formas de comportamento e de etiqueta, forjada em um modelo ideal de esposa e dona de casa, amável e assexuada.

“A construção social da família colocou a mulher como periférica nas relações de poder e reforçou as dicotomias entre homens e mulheres” (PRZYBYSZ; SILVA, 2017, p. 572).

O machismo e os estereótipos de gênero se reforçam e se expressam também nas religiões (especialmente no cristianismo em nosso contexto), já que o próprio cristo é um homem, tornado difícil desconstruir a noção de um gênero superior, mesmo que cristo tenha nascido de uma mulher. Tudo isso reforçado historicamente por questões culturais, em que a religião se inclui, moldando a sociedade brasileira, seguindo um *ethos* católico eurocentrista que reforçou por anos (e reforça) a ideia de moralidades impostas por gênero e raça, diferenciando como homens e mulheres precisam se comportar, em que para a mulher o dever se relaciona com a maternidade e com a casa para que o homem possa ter o seu papel na sociedade capitalista, no trabalho braçal, e em ocupações de cargos mais importantes, sobretudo de liderança.

A fala de Carla, uma das nossas entrevistadas, nos leva a refletir sobre os estereótipos da feminilidade, também no contexto da religião, das pessoas que frequentam a mesma igreja que ela.

A cidade que eu disse que eu vivo, no começo, ela é muito pequena, ela é uma cidade de 4 mil e poucos habitantes, então realmente todo mundo conhece todo mundo, todo mundo sabe onde todo mundo trabalha e tal, e eu sou evangélica e a igreja onde eu congrego tem N situações de mulheres, então tipo assim “nossa a Carla foi trabalhar de pedreiro” “ela tá com o cabelo estragado” “tá sem fazer a unha” então, tipo assim, não é porque eu fui fazer esse tipo de serviço que eu estou nessa situação, mas é que eu não preciso estar bem pra tá... **eu não preciso estar bonita fisicamente pra eu estar bem**, você entendeu? (Carla, 38 anos, calheira/servente de pedreiro, grifo nosso).

Não intentamos com essa afirmação avaliar qualquer religião, mas sim, demonstrar que há diversas esferas estruturais em nossa sociedade, que podem contribuir para a (re) produção de hierarquias que inferiorizam grupos sociais a serem julgados pelos corpos, escolhas pessoais, modo de vida, sexualidade, entre outras dimensões que compõem os sujeitos sociais. Outras mulheres reparam nas características de Carla e falam a ela sobre a necessidade de se “fazer as unhas” e que ela está com o “cabelo estragado”, na igreja. Porque se espera isso de uma mulher, dentro de grupos sociais específicos e ambientes religiosos, em que se predomina uma ênfase na feminilidade.

Como afirmamos, estabelecer que as mulheres fiquem em casa cuidando da casa e dos filhos, abriu a possibilidade (necessária para o capitalismo) para que os homens

saíssem de casa para trabalhar e sustentar a economia (vendendo sua força de trabalho)⁴, combinado a isso:

Uma prática que reforça o mecanismo de gênero é a constituição de família. Para Engels (1982), a família ocidental monogâmica foi estabelecida pelo Estado que a partir do parentesco visava o aumento da produtividade do trabalho e da manutenção da propriedade privada. Para ele, quando o direito a filiação passa a ser do homem e não mais da mulher, como na poliandria, estas têm uma derrota histórica, pois passam a ser propriedade masculina e instrumento de procriação. A família burguesa torna-se um padrão que assegura a fidelidade feminina e a família, agora patriarcal, relega as mulheres ao papel de mãe, de reprodução e da sexualidade privada e ao homem cabe a infidelidade e a produção do lar (PRZYBYSZ; SILVA, 2017, p. 572).

Após anos de lutas e mudanças, em que mulheres reivindicaram o direito de trabalhar fora de casa (sobretudo mulheres brancas)⁵, insere e se fortalece na mente das mulheres (e dos homens) a noção de empoderamento por meio do crescimento e êxito profissional. Isso, muitas vezes através de um discurso feminista, desconsidera as mulheres que estão “abaixo” na hierarquia social, isso mostra que apenas uma pequena parcela privilegiada de mulheres consiga.

Assim tensionamos a noção de representatividade das mulheres em algumas posições sociais, uma vez que não são todas que podem alcançar as mesmas conquistas, isso revela mais uma forma de reprodução das hierarquias e relações de poder, dentro do grande grupo “mulheres”. Os primeiros movimentos feministas norte-americanos⁶ - formado por mulheres de classe média, brancas, não levaram em conta essas diferenças entre as mulheres. Neste contexto foi formulado o conceito (de teoria e de prática) de interseccionalidade, como uma crítica ao movimento que de certo modo excluía parte significativa de mulheres.

[...] trazem à tona o conceito de interseccionalidade, que tem início com o feminismo negro, em que a experiência espacial das mulheres negras era diferente das mulheres brancas devido aos contextos e traços próprios permeados pelo sexismo e racismo, gerando diferentes tipos de marginalizações não reconhecidos pelo movimento feminista branco. Surge, então, a compreensão de que há diferentes privilégios levando em consideração a raça e a classe, construindo um fértil caminho de pensamento em relação à interseccionalidade e os sistemas de opressão (PRZYBYSZ; SILVA, 2017, p. 575).

⁴ Isso também tem a ver com uma distinção, não realizar trabalhos fora de casa, muitas vezes, era sinal de que a economia familiar estava em ordem e o esposo, servia com o seu “papel”.

⁵ Lembrando que mulheres de camadas mais baixas economicamente quase sempre trabalharam e essa discussão não se adequava a uma grande parte das mulheres.

⁶ Nas décadas de 1960 e 1970, século XX.

Há inúmeras complexidades ao se falar sobre a vivência socioespacial de mulheres trabalhadoras. Não é apenas dar enfoque às que chegaram no topo da hierarquia em uma empresa, (não que mulheres alcançando esses espaços não mereçam reconhecimento e não possuam outras vivências socioespaciais a serem consideradas), mas também sobre reconhecer o papel daquelas que ocupam hierarquicamente posições tidas como inferiores no mundo do trabalho.

Quando mulheres ocupam determinados cargos, sobretudo aqueles tidos como masculinos, enfrentam em seus cotidianos inúmeros desafios (como veremos adiante), já quando homens passam a ocupar cargos antes designados a mulheres, é possível que haja uma ressignificação e uma valorização nesse cargo:

O homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realiza-las), as mesmas tarefas podem ser nobres ou difíceis quando realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; **basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas** (BOURDIEU, 2019, p.102, grifo nosso).

Isso demonstra uma hierarquia do ponto de vista econômico entre os gêneros (das tarefas e dos salários), mas sobretudo uma construção social naturalizada dessa hierarquia, nesse sentido enquanto pesquisadoras nos esforçamos para o estímulo a uma investigação capaz de apreender a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina⁷, uma vez que é ela que tece um plano subjetivo, um modo de ver essas relações naturalizadas, sendo isso fundamental para a perpetuação deste dominação enquanto modo de vida, de homens e de mulheres.

Os afazeres das mulheres, como limpar e cozinhar, se tornaram serviços inferiorizados com o avanço do capitalismo, uma vez que em períodos históricos anteriores as mulheres já eram responsáveis por essas atividades, incluindo o cozimento dos alimentos e confecção de roupas, o que mais tarde passa a ser produzido pela indústria e desvalorizado a confecção artesanal. O trabalho doméstico não remunerado das mulheres

⁷ Para ilustrar a força dessa dimensão simbólica que estrutura nossa sociedade machista indicamos o filme: "Eu não sou um homem fácil". 2018. Diretora: Éléonore Pourriat. Roteiro: Éléonore Pourriat, Ariane Fert.

é essencial para prover a reprodução da mão de obra masculina (já que, neste caso, não se paga para ter roupa lavada, comida feita...).

Mesmo que esses afazeres “domésticos” sejam feitos em forma de trabalho remunerado (empregadas domésticas, diaristas...), não é valorizado econômica e simbolicamente e isso interessa ao próprio sistema econômico. Contudo se um homem passa a realizar algumas dessas tarefas, tendem a ser valorizados, há uma diferença na forma como representamos uma cozinheira e um cozinheiro, estes últimos vistos em uma situação “exótica” e mais profissionalizante, usa-se inclusive mais a expressão “chef” para designar um cozinheiro.

Essa hierarquia ampla se desdobra na diferenciação econômica entre homens e mulheres, o que ocasiona um processo de feminilização da pobreza em cidades brasileiras, já que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino que conta com uma remuneração desigual em relação ao trabalho masculino. Por mais que hoje muitas mulheres consigam sair de casa para trabalhar, e até mesmo alcançar cargos mais altos de trabalho, ainda se encontram num sistema desigual, em que alcançar essa realidade tende a ser exceções, não a regra (SILVA, 2007).

Eles gostavam de gritar e mostrar que tinham mais força pelo grito!

Helena, tem 73 anos, é viúva, mãe de 9 filhos, se considera feminista, é formada em serviço social e atuou como professora e na assistência social. Helena é ex-vereadora da cidade de Três Lagoas-MS. Essas informações pessoais, nos revela que ela não é apenas uma mulher trabalhadora (que trabalhou fora de casa), mas exerceu e exerce em seu cotidiano diversos papéis sociais, estes que ora se misturam ao longo das suas narrativas ora se separam. Helena nos contou sobre sua trajetória de vida, e isso envolveu suas dimensões múltiplas, de trabalhadora, mãe, esposa, etc.

Neste sentido que a noção de interseccionalidade de torna central para nossa pesquisa, pois não é possível compreender a vivência socioespacial dessas mulheres se não considerarmos que elas possuem múltiplos papéis sociais e isso reflete sobre a espacialidade vivida em cada esfera de suas vidas. Helena relatou sobre alguns episódios na câmara dos vereadores, quando foi eleita em 1996 e atuou até 2000. Pelo que apreendemos ao longo da entrevista, de todas as suas espacialidades esta foi a que mais

vivenciou a violência simbólica de hierarquia de gênero, o que inferimos ser um espaço em que tende a predominar a “dominação masculina” (BOURDIEU, 2019) - na política.

Helena nos trouxe uma forma de expressão machista muito marcante e comum, em relação ao tom de voz dos vereadores homens para/com as vereadoras dentro da câmara.

[Já sofreu violência no seu local de trabalho? Quando era vereadora.]

Eu não me lembro, também já faz tempo ne, não tô me lembrando, mas eu me lembro de uns vereadores que gritavam, falavam alto com a gente, **pra inibir a gente** (Helena, 73 anos, ex vereadora).

[E pra eles próprios, uns com os outros?]

Não!

[Só com as mulheres?]

É, com as mulheres eles tinham um relacionamento de autoritarismo, e se eu sentia isso, imagina o que eles não faziam com aquelas outras que eram “vaquinha de presépio” deles?! Eles conseguiam confundir, conseguiam fazer elas votar nos projetos que eram deles e que as vezes a gente falava: “não vota nisso, isso não vai ajudar a população”, e elas votavam. [...] eu pessoalmente, assim, eu sentia que muitas coisas que eles falavam era porque eram machistas mesmo, e porque **eles gostavam de gritar e mostrar que tinham mais força, pelo grito**. (Helena, 73 anos, ex vereadora).

O entendimento de que alguns comportamentos dos colegas (homens e mulheres) eram uma violência simbólica de gênero, foi tido ao longo da própria entrevista por Helena. Ao nos relatar e se ouvir, Helena passou por um processo de desnaturalização de uma ordem até então natural em seu cotidiano vivido na câmara, uma vez que o narrar tem grande poder de comunicação, pois por meio da narração as pessoas podem também se projetar dentro da experiência; eis porque a narrativa é uma forma de recriar a história (CRUZ, 2013).

Em outro momento, Helena ainda nos expõe o fato de que era uma câmara composta por mais mulheres, 8 no total e 7 vereadores homens, na qual ela acredita ter sido a câmara mais “feminina da cidade”, em seus termos. Porém, entre ela e as outras mulheres havia a divergência de posições sociais, segundo Helena algumas atitudes também eram reproduzidas entre as vereadoras mulheres.

Ela afirma que em muitos projetos os vereadores coagiam algumas vereadoras a votarem favoráveis, e que além deles, ainda havia a influência dos maridos (que não eram vereadores). Isso nos mostra, ainda que de forma preliminar, que mulheres ainda reproduzem o machismo ou apenas não conseguem enxergar as problemáticas desse sistema, por diversos fatores, mas principalmente pela socialização (que tratamos

anteriormente) que naturaliza a sobreposição dos homens/maridos, o que as levava a serem influenciadas em casa e dentro de seus ambientes de trabalho – fora de casa.

A entrevistada Carla, de 40 anos, é casada, mãe de 3 filhos. Carla é negra e trabalha como calheira/servente de pedreiro. Nos relatou duas experiências significativas enquanto mulher trabalhadora, uma em relação ao machismo por estar exercendo seu trabalho, e outro uma situação em que sofreu racismo enquanto trabalhava de atendente em uma sorveteria (anteriormente).

O vice prefeito tava na obra, e quando ele viu que eu estava descendo *[do telhado]*, ele foi muito grosso, ele me questionou o que eu estava fazendo ali, e eu falei assim: “eu tô trabalhando com o meu marido” e na hora que eu fui subir novamente ele falou que não era pra eu subir porque aquele não era o meu lugar, eu teria que ta em casa cuidando dos meus filhos. [...] tipo assim, aquilo acabou com o meu dia e até então a gente tava ali pra fazer uma coisa, as pessoas me olhavam de um jeito diferente, mas nunca tiveram a audácia de vir me criticar... (Carla, 40 anos, calheira/servente de pedreiro).

Quando eu trabalhei como atendente de uma sorveteria, eu trabalhei por 5 anos, trabalhando a noite, e tinha uma mulher que ela veio pra ser atendida, e o patrão não tava, só tava eu nesse dia, e ela chegou e olhou em volta de tudo, e perguntou: “seu patrão e sua patroa não está?” e eu falei: “não, eles não estão, você deseja alguma coisa?” “eu queria sorvete” aí eu falei: “pode pedir, eu te atendo”, aí ela falou: “não, eu não quero ser atendida por você”, aí eu fiz uma cara que eu não fiz questão de esconder o meu constrangimento. Eu engoli o choro, levantei minha cabeça e questionei: “mas tem algum problema você ser atendida por mim?” “você é negra e eu não quero ser atendida por você”, deu as costas e foi embora. Depois que ela foi embora eu confesso que eu me desmontei, eu entrei no banheiro, eu chorei muito, muito, muito, mas eu trouxe isso como um aprendizado na minha vida, e ensino muito meus filhos a não engolirem esse tipo de situação. (Carla, 40 anos, calheira/servente de pedreiro).

As duas experiências relatadas por Carla, em espaços e tempos diferentes, mostram dois tipos de preconceitos: uma por ser mulher e na segunda situação por ser negra.

Em outro momento, Carla mencionou sobre o relacionamento que teve com o pai dos seus filhos (anterior ao atual casamento), um relacionamento abusivo, segundo suas narrativas, o companheiro não a permitia sair para trabalhar, nem estudar, “era uma regra do casamento” em suas palavras. Após a separação, teve que cuidar sozinha dos três filhos, narrou que passou por momentos de muita dificuldade, em que trabalhar era uma necessidade tão acentuada que passar por opressões como mencionadas por ela, na sorveteria, serviram para deixá-la mais forte, pois ela não tinha “o privilégio de desistir”.

Porém, no atual relacionamento em que vive, um relacionamento saudável (segundo ela), é com o marido que ela exerce a função de calheira e servente de pedreiro. Ao longo

de suas narrativas ela demonstrou gostar do que faz, porém, sofre julgamentos externos, bem como o marido por levá-la com ele.

As pessoas, no caso os homens, nesse mesmo serviço que eu comentei, chegaram a falar pro meu marido que “onde que ele tava com a cabeça, que mulher foi feita pra ficar dentro de casa, que se se fosse esposa deles eles jamais permitiriam que tivessem fazendo tal serviço” (Carla, 40 anos, calheira/servente de pedreiro).

[Permitir é uma palavra muito forte, né?!]

É como se nós fossemos um brinquedo, uma propriedade, que a gente tem que fazer o que eles julgam que tem que fazer... E isso pra... o que eu mais vejo que assim, que eu cresci nesse sentido, é que eu precisei passar por essa “propriedade” pra poder me ver livre disso, porque quando eu era casada com o pai dos meus filhos ele não me permitia trabalhar, era uma regra do casamento, era como se fosse uma lei no casamento, **era ele que trabalhava e eu ficava em casa pra cuidar dos filhos**, então eu vivi 5 anos casada com ele, dentro dessa regra, dessa lei, que foi implantada no nosso casamento, eu não podia trabalhar (Carla, 40 anos, calheira/servente de pedreiro, grifo nosso).

[E como você se sentia com isso? Com essa imposição? Com essa privação? Porque te privava né...]

Incapaz! Me sentia incapaz, me sentia sem valor nenhum, porque eu sabia que eu tinha qualificações pra fazer qualquer tipo de coisa como eu tenho até hoje, talvez eu tenha algumas limitações por não ter entendimento pra fazer algumas coisas, não que isso seja uma regra, porque eu posso aprender, tanto um serviço que for destinado as mulheres mas também um serviço que for destinado aos homens, nessa época de privação eu me senti incapaz, sem valor, porque hoje em dia a gente vê homens fazendo serviço dentro de casa, e por quê nós não podemos ver mulheres exercer o serviço de homens? (Carla, 40 anos, calheira/servente de pedreiro).

Por meio das narrativas de Carla evidenciamos alguns pontos significativos dentro de nosso debate. A definição no casamento do papel e do espaço designado à mulher e ao homem – “era ele que trabalhava e eu ficava em casa pra cuidar dos filhos”, faz-se aqui a delimitação do espaço público para os homens e privado para as mulheres. Se os corpos são pensados como naturais e dicotomizados em sexo feminino e masculino, estas mesmas normas dicotômicas são interiorizadas e criam dicotomias, além do público/privado: sagrado/profano, produção econômica/produção familiar, local/global e assim por diante (PRZYBYSZ; SILVA, 2017).

Combinado a esse debate apreendemos a valorização desigual dos trabalhos (como iniciamos anteriormente) entre homens e mulheres, que, apesar de exercerem os mesmos trabalhos, contam com prestígio social diferente. Cargos e posições que são socialmente designados a mulheres, são considerados inferiores, principalmente se realizados por

homens dentro da própria casa (como cozinhar e limpar), já que não são socializados desde a infância a aprenderem a realizar essas tarefas por não serem tidas como masculinas.

Por outro lado, se a mulher ocupa cargos e possuem ocupações predominantemente realizadas por homens, ela geralmente vivencia uma violência simbólica, com o preconceito, com a falta de credibilidade e confiança em seu trabalho. Na maioria das vezes até uma violência suave, insensível, invisível muitas vezes às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação (BOURDIEU, 2019). Verificamos que em grande parte dos casos elas assumem certa masculinidade em suas ações no trabalho para serem mais bem aceitas, como veremos mais adiante na fala de Simone (bombeira).

Se existem posições e cargos designados às mulheres, cargos e posições designadas a homens são ainda mais presentes e marcantes. Hoje muitas mulheres estudam e trabalham nas mais diversas áreas, inclusive nas que sempre foram designadas aos homens, porém mesmo conseguindo alcançar até os cargos mais altos, ainda há algumas dificuldades, sobretudo ligadas às maiores responsabilidades que as mulheres mantêm com a casa e a criação dos filhos, quando há.

Esses mesmos cargos também são ainda mais difíceis para mulheres negras, e quase impossíveis para mulheres transexuais, pois todos esses cargos são aqueles que necessitam da ideia que a socialização masculina exige, o que legitima a manutenção das relações hierárquicas.

Se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de propriedades que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estrutura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens (BOURDIEU, 2019, p. 106).

Ademais, muitas das qualificações profissionais exigidas em grande parte dos cargos são atingidas por meio dos estudos e das experiências, que durante anos foram negados às mulheres de forma explícita, mas que continua intrínseco na sociedade atual.

Ainda hoje, no século XXI, há grandes taxas de evasão no ensino básico e principalmente em universidades, isso se deve, em grande parte, porque muitas precisam abdicar dos planos para cuidar da casa e dos filhos para que o homem possa ir trabalhar,

ou muitas vezes por precisar assumir as responsabilidades com filhos sozinhas por abandono paternal ou negligência, uma vez que 87,3% das mulheres chefes de família não possuem cônjuge ou companheiro (SILVA, 2007, p.118).

Se a estatística estabelece que as profissões ditas qualificadas caibam sobretudo aos homens, ao passo que os trabalhos atribuídos as mulheres sejam “sem qualificação”, é em parte porque toda profissão, seja ela qual for, vê-se de certo modo qualificada pelo fato de ser realizada por homens (que, sobre este ponto de vista, são todas, por definição, de qualidade) (BOURDIEU, 2019, p.102).

Em nossa entrevista com Simone, de 38 anos, bombeira, em dado momento conseguimos enxergar esse estabelecimento das qualificações, quando ela nos falou que foi a primeira mulher contratada como bombeira de maneira fixa em uma empresa na cidade de Três Lagoas-MS.

É, tinha uma moça chamada Joice que foi a primeira bombeira civil da cidade, aí depois foi eu, é... ela fez os projetos da (empresa mencionada) acho... (Simone, 38 anos, bombeira).

[De segurança?]

É... de bombeiro, ela fez projeto na Eldorado. E eu fui a segunda bombeira no geral, mas fui a primeira a ser contratada mesmo, pra ficar fixa nas empresas. E aí depois daí, das paradas, sempre contratou, sempre teve mulheres nas paradas como bombeira, isso é satisfatório, né?! Pra ter a chance de provar que mulher vale a pena, são mais organizadas, prestam mais atenção, e tudo devido a uma fragilidade que todos acham que uma mulher tem (Simone, 38 anos, bombeira).

Essa fala sobre uma representação de fragilidade das mulheres também advém da socialização dos corpos e constituição ao longo do tempo do que é ser mulher e do que ser homem. Isso estabelece que, para serem femininas, as mulheres precisam ser frágeis e gentis, o que, em contrapartida, facilita e propicia a reprodução da dominação masculina. O fato de precisar provar que mulheres conseguem exercer o trabalho foi um elemento também presente nas narrativas de Simone.

[E como que é exercer a sua profissão (bombeira) sendo mulher?]

Como mulher, é... eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente, né?! Porque a maior dificuldade é você trabalhar no meio dos homens e se comportar igual a eles, entendeu?! É... não fazer corpo mole, ontem (ela tinha feito uma entrevista para atuar novamente como bombeira) até na entrevista eu tinha citado, tem que carregar extintor, se tá eu e um homem, se tem alguma coisa pesada geralmente eles querem carregar, mas as vezes você vai trocar extintor tem 30 extintores, você não vai deixar eles carregar tudo sozinho, você tem que carregar também, então se você se dispõe a trabalhar numa profissão masculina você tem que fazer tudo que eles fazem, eu sempre dei conta de fazer, porque a profissão de bombeiro, **é uma profissão que realmente é masculina**, eu dei conta de fazer porque eu sempre fui “brutona”, né?! (Simone, 38 anos, bombeira, grifo nosso).

Simone demonstra por meio da forma de agir no trabalho, que reproduz comportamentos tidos como masculinos, como conseguir carregar peso, não fazer “corpo mole”, para conseguir ser valorizada, ou seja, fugir da feminilidade para que seja enxergada e tratada com certa igualdade no ambiente de trabalho, majoritariamente masculino. Além disso, fugir da feminilidade é uma forma de escapar das piadas machistas, das cantadas, e outras inconveniências, ainda que Simone não considere isso um desconforto (sinalizou para uma naturalização dessas situações cotidianas).

[Simone, você já ouviu piadinha machista?]

Ah, já! Bastante! Assim... nunca me faltaram com respeito também, já tentaram. Como eu ajo dessa forma... Eu... nisso eu sou bem “masculina” mesmo, eu falo besteira, **eu falo a língua deles**, porque se você for cheia de encanto pro meio de um monte de homem você vai receber cantada. Receber, eu não coloco como cantada, mas elogio recebe toda hora. Agora uma cantada mais forte assim, praticamente não acontece não, mas pelo jeito de eu agir, porque se eu for toda maquiada e “não me toques”, eles cantam, porque homem gosta de mulher sensível e tal, né?! (Simone, bombeira, 38 anos).

[Então você acha que se a mulher, mesmo que ela de conta do serviço, que ela for firme, forte, se ela ter o feminino assim, ela vai sofrer cantada?]

Não, cantada isso é obvio, eu mesma do jeito que eu sou, eu... chamo de elogio. (Simone, bombeira, 38 anos)

[...sutil...]

É... agora, mas se brincar, eles da cantada forte. Eu reajo da forma de me colocar igual a eles, eu converso com eles, falo os assuntos deles, falo de carro, essas coisas que eu gosto também, né, falo de mulher (*risos*) (Simone, bombeira, 38 anos).

Nos termos de Bourdieu (2019, p.106) “[...] se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje”, e quando ocupadas por mulheres, estas devem ter ações e assumir posturas masculinas, muito evidente na vivência cotidiana de Simone.

Por meio das análises das falas de Simone também vemos a hierarquia econômica em determinados cargos quando ela afirmou ter sido a primeira mulher a ser contratada (de forma fixa) na empresa da cidade de Três Lagoas como bombeira. Também identificamos relações subjetivas que se encontram nas performances dos gêneros, em que ela se apropria de uma forma de agir masculinizada, para não levar cantadas dos colegas de trabalho (em suas palavras).

A experiência de Simone constata as diferentes formas das performances vivenciadas pelos grupos sociais no espaço (SILVA, 2009) e da socialização dos corpos

mediada pelas construções sociais do que é feminino e masculino – ao longo do tempo e dos espaços.

Algumas considerações...

Com base na dicotomia homem e mulher, ao longo do tempo, foram estabelecidos padrões normativos do que é ser homem e o que é ser mulher, nos corpos e nos comportamentos, e isso é refletido nas relações de trabalho, que envolve a dimensão espacial. Quando não há o pleno encaixe nestes padrões reforça-se os estigmas, é quando as mulheres que ocupam cargos representados como masculinos criam estratégias para driblar situações muitas vezes constrangedoras.

Por meio das análises das entrevistas verificamos que essas estratégias são múltiplas, algumas delas são eficazes e de certa forma garantem a permanência de mulheres no cargo, como Simone/bombeira, que precisa assumir o tempo todo uma masculinidade para ser levada a sério entre os colegas de trabalho, fazer quase tudo de forma antecipada, de maneira que há de forma bastante presente uma “desconfiança” da capacidade de ela exercer as demandas do cargo.

Por sua vez, o tom de voz mudada quando Helena assumia a palavra na câmara de vereadores, nos mostra uma imposição de poder pelos homens vereadores, o que não ocorria quando outro homem/vereador se expressava. Algo bastante relevante que ficou evidente nas narrativas de Helena, mas também das outras entrevistadas, foi o machismo, enquanto estruturador de nossa sociedade no sentido mais amplo, ou seja, que estrutura o modo de vida, as formas de pensar e agir de homens e de mulheres de forma naturalizada.

As análises das narrativas de Carla nos mostraram a importância e necessidade do uso do conceito de interseccionalidade nas pesquisas de gênero, uma vez que as mulheres são compostas cotidianamente por múltiplas dimensões e dependendo do espaço que estão uma ou outra pode ser “um problema”, assim compreendemos quando a raça e o gênero foram dimensões de preconceito, em tempos e espaços diferentes.

Por fim, ainda sem esgotar o debate, reforçamos as potencialidades da metodologia qualitativa na análise de gênero, sobretudo devido a dois pontos: a) não buscamos um conhecimento generalizado, nossa preocupação é explicitar determinados processos que não resultam em totalizações e b) não procuramos a “verdade” mas a autenticidade, o objetivo é obter um conhecimento autêntico das experiências das pessoas pesquisadas

(BAYLINA, 1996), uma vez que tomamos como base uma realidade empírica múltipla, composta por mulheres diferentes em vários sentidos e que desenham em seus cotidianos e espacialidades estratégias de vivência em uma sociedade machista.

Referências

AGUDO, A. Os estereótipos de gênero afetam o que as meninas e os meninos escolhem como profissão no futuro. **El País**, Madri, 04 de janeiro de 2019. Sociedade. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/10/actualidad/1528661907_969674.html.

Acesso em: 31 ago. 2021.

ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. Salvador. 2018. p. 83-110.

BAYLINA, M. **Metodologia cualitativa y estudios de geografia y género**. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia, 1996.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CRUZ, M. I. da. **A mulher na igreja e na política**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

KAPP, S. Entrevista na pesquisa sócio-espacial. *In*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 22, 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, V. B. A discussão sobre ética em história oral: atuais perspectivas e os comitês de ética em pesquisa. *In*: ROVAL, M. G. de O; SANTHIAGO, R. (Orgs.). **História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

PETRONE, T. Prefácio à edição brasileira. *In*: ARRIZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy (Orgs.). **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRZYBYSZ, J; SILVA, J. M. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 21, n. 2, p. 570-585, 2017.



REA, C. Póscolonialidade, feminismos e epistemologias antihegemônicas. *In*: RODRIGUES, C; ANDRADE, D. S. V; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador. 2018. p. 83-110.

SANTOS, C; IZUMINO, W. **Violência contra as mulheres e violência de gênero**: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. São Paulo: E.I.A.L, v. 16, n. 1. 2005. p. 147-164.

SILVA, J. M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**. Florianópolis, v. 22, n. 44. 2007. p 117-134.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporeidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: _____ (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 93-113.


SILVA, J. M da; ORNAT, M. J; CESAR, T. R. A. de O.; PRZBYSZ, J. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil. *In*: SILVA, J. M da.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaço. Ponta Grossa: Toda Palavra. 2013.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA


Patrícia Helena Milani. Doutora em Geografia. Professora Adjunta dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: patriciah.milani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9434-5584>

Melissa Pereira Oliveri. Estudante de Graduação em Geografia. Bolsista PET (Programa de Educação Tutorial) e integrou o PIVIC (2020-2021). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil.

E-mail: mel.p.oliveri@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-0393>

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que nos cederam as entrevistas.

FINANCIAMENTO

O trabalho foi realizado com apoio do Programa de Educação Tutorial (Bolsa PET/Geografia UFMS).

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO



Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 09/05/2022 - Aprovado em: 05/12/2022 – Publicado em: 20/12/2022.

COMO CITAR

MILANI, P. H.; OLIVERI, M. P. Eu não encontrei tanta dificuldade, mas eu também sempre tive que ter um passo à frente. Geografias Feministas e a Interseccionalidade de Mulheres. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 3, n. 7, p. 98-117. 2022.